

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. ROMERO RODRIGUES)

Altera o art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a notificação obrigatória dos consumidores em caso de inadimplência, antes da suspensão ou rescisão contratual por operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 1º
.....

II – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, observada a obrigatoriedade de notificação do consumidor, nos termos do § 2º deste artigo;
.....

§2º Verificado o não pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, a operadora somente poderá suspender ou rescindir o contrato após notificação formal ao consumidor, com antecedência mínima de sessenta dias, contados a partir da data de configuração da inadimplência.

§ 3º Nos contratos coletivos, a operadora deverá, adicionalmente, comunicar individualmente os beneficiários titulares sobre a iminente rescisão contratual por inadimplência do estipulante, no prazo mínimo de sessenta dias antes da data prevista para a extinção do vínculo, assegurando-se aos beneficiários o direito à portabilidade de carências, na forma da regulamentação vigente. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Frequentemente, beneficiários de planos de saúde são surpreendidos com a suspensão de serviços assistenciais essenciais em razão de inadimplência, mesmo quando não foram devidamente notificados com antecedência suficiente para regularizar os débitos pendentes. Essa prática compromete o acesso contínuo à assistência em saúde, o que pode trazer consequências graves, especialmente para pessoas em tratamento ou com doenças crônicas.

Este Projeto de Lei tem por objetivo assegurar maior transparência e previsibilidade nas relações entre consumidores e operadoras de planos privados de assistência à saúde. Ao estabelecer a obrigatoriedade de comunicação formal com antecedência mínima de 60 dias a partir da configuração da inadimplência, a Proposta busca garantir prazo razoável para que os consumidores possam quitar suas obrigações financeiras antes da interrupção dos serviços.

Trata-se de medida que fortalece a proteção dos direitos do consumidor, em conformidade com os pilares do Código de Defesa do Consumidor e da legislação sanitária vigente. Além disso, a notificação prévia contribui para a redução de conflitos judiciais e reforça o dever de informação das operadoras, o que enseja um ambiente contratual mais transparente e justo.

A conversão deste Projeto em Lei representa, portanto, um avanço significativo no aprimoramento do marco legal da Saúde Suplementar, motivo pelo qual solicitamos aos Nobres Pares apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado ROMERO RODRIGUES

